



O DESPERTAR

BOLETIM DE INFORMAÇÃO E DOCTRINA

Fundado pelo Movimento de Revigoração da Igreja

Director — LEOPOLDO DE FIGUEIREDO

Redactores: João Soares Carvalho e Júlio Duarte — Redacção: Calçada das Lages, 6-Lisboa — Administrador: Joaquim de Pina Cabral

Composição e impressão: Empresa Técnica de Tipografia, Lda. - Vila Franca de Xira

A Restauração da Igreja Lusitana e a Reforma Religiosa do Século XVI

BODAS DE DIAMANTE da Restauração da Igreja Lusitana, e Festa da Reforma.

«O DESPERTAR» toca, simultaneamente, as duas notas; e nós perguntamos se tem razão para isso, se existe alguma relação entre o movimento reformista do séc. XVI, encabeçado por Lutero, Calvino e Zuínglio, e o movimento do séc. XIX do qual ressurgiu a Igreja Lusitana, como instituição autónoma, movimento operado no seio da Igreja Romana, e que, providencialmente, não teve a dirigi-lo figura alguma da grandeza impressionante daqueles homens formidáveis.

É elemental — até para propagandistas intelectualmente menos honestos de certas vozes e novidades — que a Igreja Lusitana, nem em suas origens históricas, nem em suas fontes doutrinárias, tem qualquer ligação com luteranos, calvinistas, zuínglios. Nada tem de particularista, nem de sectário. O seu nome, comparado com os títulos de outras confissões, bem o confirma: chama-se *Igreja Lusitana, Católica, Apostólica, Evangélica*. Quando a apelidam de «Igreja Episcopal», ela não gosta: não se caracteriza por ser «episcopalmente governada» (em potência...), mas por ser *católica e apostólica*; e por ser *católica e apostólica* que é episcopalmente governada.

As suas origens históricas (não é demais repeti-lo) encontram-se, não em acção missionária de igrejas estrangeiras nascidas da Reforma Protestante; mas sim em uma reacção católica, verificada em Portugal, como em toda a Europa, contra inovações do Concílio do Vaticano, que fez do Bispo de Roma Patriarca do Ocidente, vigário intalível de Cristo na terra.

Por essas origens, ainda que não tanto pela sua doutrina nem em muitos aspectos da sua prática, a Igreja Lusitana melhor se enquadra no movimento velho-católico do séc. XIX, que no movimento protestante do séc. XVI.

Pareceria errado, pois, ligar as suas Bodas de Diamante com a Festa da Reforma. E se, do ângulo por que vimos examinando a questão, o é, do outro, já assim não acontece.

Na verdade, com todos os seus exageros e contradições, a Reforma do séc. XVI teve um mérito incontestável: fazer realçar na vida da Igreja em geral, e na de cada indivíduo cristão, a função das Sagradas Escrituras, e a Boa-Nova da Salvação pela Graça de Deus mediante a Fé em Nosso Senhor Jesus Cristo.

Esta ênfase da fé individual a temperar excessos de sacramentalismo (para nós, a temperar excessos e não a repudiar os Sacramentos); esta reposição da Bíblia, como regra final acerca das verdades que se devem crer e das normas que se devem observar para salvação da alma, a temperar excessos de tradicionalismos deformantes da pureza evangélica (para nós, a temperar excessos e não a repudiar a Tradição) são princípios básicos da Reforma protestante que a Igreja Lusitana altamente defende, e que a aproximam das comunhões cristãs dela derivadas.

Daqui, o espírito fraternal com que a Igreja Lusitana insiste em

(Conclui na página 6)

O Grande Monumento

O Livro de Oração Comum, é o grande monumento da nossa Reforma, o padrão que nos dá o seu verdadeiro sentido mais do que qualquer outra obra, ainda que muitas e importantes obras se fizeram nestes 75 anos.

Os Luso-Católicos têm de facto razão para se orgulharem da sua Liturgia.

No que se refere às facetas que a diferenciavam de outras liturgias da mesma família, ela foi, para a época, uma verdadeira revolução antecipando-se, na adopção de certas características, a várias revisões estrangeiras.

No que respeita ao castiço do seu estilo, o Livro de Oração Comum da Igreja Lusitana distingue-se completamente de todas as outras produções litúrgicas em prosa ou em verso que têm surgido nos meios Reformados de fala portuguesa; se o compararmos, por exemplo, com a Liturgia da Igreja Episcopal Brasileira (pelo menos com a de 1930, a única que tenho podido compulsar) ficaremos com uma ideia do que ficámos a dever aos nossos Reformadores.

Essa comparação dar-nos-á também ideia da diferença entre as duas Igrejas, aliás irmãs na língua e na doutrina: A Igreja Brasileira é o fruto do apostolado de Missionários americanos; a Reforma ou Restauração da Igreja Lusitana, foi *um movimento nacional*, pequeno, muito limitado é certo, mas relintamente nacional, *português*.

Compreende-se que sendo a nossa Reforma do mesmo tipo doutrinário e litúrgico que a Reforma inglesa do Século XVI, a nossa Litur-

(Conclui na página 9)

NOTAS E COMENTÁRIOS

No último número de «O Despertar», falámos das conversações iniciadas entre a Igreja Anglicana e a Igreja Metodista para uma aproximação, se não mesmo uma mais concisa união entre as duas Igrejas. Hoje temos a registar com alegria reuniões para fim idêntico entre delegados das Igrejas da Escócia e da Igreja Anglicana, realizadas em Edimburgo nos dias 26 e 29 de Setembro último. Estavam também presentes delegados da Igreja Episcopal da Escócia e da Igreja Presbiteriana de Inglaterra. Foi publicado um comunicado oficial em que se salienta a decisão destas conversações continuarem até se resolverem as dificuldades existentes, e se elaborem as propostas finais. Pedem-se as orações dos fiéis para a direcção divina dos trabalhos.

Que em Portugal se possa compreender realisticamente a tendência geral do mundo cristão em se aproximar e se unir na luta contra o que divide, e que traía o verdadeiro sentido da Igreja Católica.

Podemos ainda esperar anos, muitos anos mesmo; mas o que é isto perante a eternidade! O que conta é a sinceridade, o propósito que estas reuniões revelam e de que o século XX é um símbolo.

Os direitos de igualdade civil para a mulher têm sido adquiridos a pouco e pouco no decorrer da primeira metade deste século, por vezes violentamente, como no caso das sufragistas inglesas, outras vezes quase sem se sentir. A mulher já invadiu todos os organismos seculares, os quartéis, a navegação, os escritórios, o profissionalismo liberal, a política e até as elites governamentais que contam já algumas mulheres nos seus elencos. Em relação à Igreja é que esta justa infiltração se tem feito mais lentamente. Se se sente já a sua acção valorosa em sectores separados como as sociedades de senhoras, as escolas dominicais, a assistência etc., e em corpos auxiliares individualizados como o diaconato feminino, o certo é que a sua presença não se evidencia ainda nas funções dirigentes da Igreja, e, principalmente, no que diz respeito ao ministério. Muito se tem discutido e bastante se avançou já neste sentido. Pensam muitos que em missões, reuniões públicas, etc., a mulher poderá constituir, juntamente com o elemento masculino leigo, um auxiliar precioso.

Pela primeira vez na Igreja Lusitana, em 1954, uma senhora tomou parte numa das reuniões do Sinodo. E se até ao presente a cooperação da mulher nas Juntas Paroquiais tem sido quase excepcional, é de presumir que no futuro ela se faça normalmente em justa competição eleitoral com a grei masculina.

A cooperação da mulher na Igreja foi discutida do Comité Central do Conselho Eucuménico, reunido em Davos na Suíça, em Junho passado, onde estiveram representantes de 47 países e de 165 confissões religiosas. Foi aprovada por unanimidade uma mensagem a todas as Igrejas, em que é recomendado sem distinção o trabalho

de homens e mulheres leigas, cujas faculdades de iniciativa e de acção se completam sem se anteporem. «Todo o estudo sobre a natureza do homem conduz à dualidade dos sexos e à sua união na diversidade. Em face das aspirações modernas de igualdade de direitos, as Igrejas deverão ter o encargo de tornar bem patente o sentido de cooperação entre os sexos, de cujos ensinamentos e bênçãos aliás a Bíblia está cheia».

Lamentamos não poder dar aos nossos leitores a tradução completa de toda esta mensagem. Mas o que ficou dito certamente nos fará pensar neste assunto.

* * *

Entre católicos e protestantes têm-se levantado desde a reforma religiosa do século XVI, muros e fossos que parecem intransponíveis. Em todo o caso, nos dias de hoje, com pequenas excepções como na Columbia e em focos isolados de outros países católico-romanos, onde a perseguição constitui um atavismo dos tempos famosos da Santa Inquisição, a vida em geral parece correr, com uns e outros, num ambiente de paz e de boas relações mútuas. Temos de concordar que isto é mais o resultado do conceito moderno da civilização, com os seus princípios de liberdade e de tolerância religiosa, de que os países protestantes são o esteio, do que propriamente de intrínsecas modificações católico-romanas.

Apesar disto, seria errado pensar que em certos sectores do romanismo não existem verdadeiros movimentos de auto-reforma. E onde o movimento litúrgico se evidencia mais, como em pequenos grupos na Bélgica e na França, nota-se de facto que a Bíblia começa a conquistar os seus direitos, que os leigos estão tomando parte no ministério da Palavra, que há uma tendência para o simplicismo do ritual e das decorações interiores dos seus templos, que se evita a adoração das imagens, que em alguns dos serviços se está usando a língua do País e que se inicia um sentimento forte de interesse e de aproximação com as outras confissões religiosas. Tudo isto é para muitos católicos romanos que desejam a reforma da sua Igreja, e para os cristãos evangélicos, motivos de verdadeiro júbilo.

Mas, se todo este real movimento de reforma se dá em certas camadas da elite, o facto é que no geral, e no que diz respeito à sua organização de concepção absoluta e totalitária, a Igreja Romana se mantém estática, «semper idem», sem, num sentido prático e convincente, caminhar para uma reforma larga, sem mostrar no seu conjunto uma atitude tolerante e compreensível. Se isto não for bem focado tanto por uns como por outros, certamente seremos levados, todos, a erros futuros que impedirão muitíssimo o progresso feito ultimamente para um melhor entendimento.

E' pois necessário que se possa distinguir o essencial do Romanismo e as suas maiores pedras de tropeço, que poderemos citar entre outras: A sua ideia de in-

falibilidade; a sua concepção exclusivista e intransigente de Igreja; a sua intolerância; a sua força absoluta e dominadora; o atribuir importância excessiva à tradição, tendo a Bíblia como um pormenor valioso dessa tradição, mas fazendo depender a sua interpretação do juízo dos seus padres; a sua teologia tão equívoca e subtil; a mariologia; o culto às imagens de santos; o significado mágico de muitos dos actos de seu culto; e o seu fanatismo supersticioso e cego que entontece as massas e entorpece os cérebros e os corações menos esclarecidos à voz do Evangelho.

Se figuras como a do Padre Alves Correia, autor da «Largueza do Reino de Deus», não podem ser esquecidas, se elas não são tão isoladas como alguns poderão pensar, se o movimento litúrgico é uma esperança, o facto é que todos estes impulsos reformistas não constituem ainda força bastante para se sobrepor ao presente aspecto exclusivista da Igreja Católica Romana.

Em conclusão: Devemos procurar todas as oportunidades para, como irmãos, diminuir cada vez mais a distância que nos separa, alimentar com a nossa amizade e a nossa compreensão estes movimentos de auto-reforma, mas tendo presente todas as dificuldades, todo o totalitarismo romanista, todos aqueles pontos de doutrina que os reformadores de sempre, desde o início da Igreja até aos dias de hoje, e no seu amor à ortodoxia, têm apontado como inovações incompatíveis com a doutrina de Nosso Senhor Jesus Cristo.

* * *

Quando há anos após a primeira guerra mundial o ecumenismo dava os seus primeiros passos, Portugal enfileirou imediatamente neste movimento. Organizou-se então o «Conselho Nacional para a Paz por Meio das Igrejas» de que foi presidente o Rev.^{mo} Bispo eleito da Igreja Lusitana, D. Joaquim dos Santos Figueiredo, e de que faziam parte, entre muitos outros, o saudoso e Santo Varão que foi Roberto Moreton, e o infatigável e activo Prof. Dr. Alfredo da Silva. Delegados portugueses assistiam assiduamente aos diferentes congressos ecuménicos, tendo mesmo o presidente do nosso Conselho Nacional sido convidado para orador oficial numa das sessões do congresso de Praga.

Porém, depois da segunda guerra mundial e de terem desaparecido deste mundo alguns dos «leaders» evangélicos, Portugal não acompanhou mais o progresso do movimento. E hoje, no meio deste afã todo, quase que somos uns estranhos, a ver o que se passou, por exemplo, quando da visita recente de certa personalidade evangélica de renome mundial e um dos conceituosos presidentes do Conselho Mundial das Igrejas. Em certos lugares, especialmente no Norte, não se chegou bem a compreender a sua grande missão ecuménica, sendo apenas com cuidado salientada a sua individualidade no terreno denominacional.

A IGREJA LUSITANA

COMO PARTE INTEGRANTE DA IGREJA CATÓLICA

— As Lições da História na vida da Igreja Lusitana —

Extracto de uma carta (1)

.....
 Certamente não sou um ritualista «enragé». Acho que o Ritual é uma linguagem, como outra qualquer; e, como todas as linguagens, pode servir ao bem, como pode servir ao mal. E julgo que a abstenção de todo e qualquer ritual (como o querem alguns) é tão prejudicial à vida da Igreja como o seu excesso espectacular. Parece-me até que a «fobia» pelo ritual veio prejudicar seriamente a obra da Reforma nos países fortemente católicos, habituados a verem todas as ideias revestidas de uma roupagem colorida, tanto na vida religiosa, como na social e cívica. E' preciso notar que «rito» não é invenção pagã como alguns pensam. O RITO é uma linguagem humana, uma forma natural de dar expressão visível a um sentimento incoercível. Jesus não teve uma palavra contra o cerimonial litúrgico do Templo; nem foi pelo cerimonial que Ele uma vez (ou duas, segundo alguns intérpretes) pegou num azorrague. Pelo contrário, até aconselhou a cumprir certas determinações rituais. Ele combatia, sim, a hipocrisia, o orgulho, a violência dos poderosos, a ausência da sensibilidade moral e do Amor. Mas veio a Reforma, a qual, para coibir abusos, mutilou a torto e a direito, sem discernir, sem discriminar, sem separar nitidamente o joio do trigo. O resultado foi esta confusão actual em que ninguém se entende, cada qual puxando para o seu lado, e desconfiando todos uns dos outros. E às vezes o espirito de espionagem, à guiza de «zelo», instala-se nas Igrejas (ou numa Igreja) espreitando uns o que os outros pensam e fazem, para depois os acusarem. Roma, por outro lado, não fez melhor; teve medo, e o medo a deitou a perder. Medo que não lhe permitiu ouvir as vozes dos seus melhores filhos e corrigir em tempo os seus erros. Lutero era ainda Católico-Romano quando escreveu as 95 teses na porta da Igreja de Wittemberg, as quais foram o estopim da Reforma. Joa-

quim dos Santos Figueiredo era ainda padre romano quando publicou num jornal de Coimbra, «O Alarme», o seu protesto contra certos «exercícios espirituais» então em uso no seminário daquela cidade. Não foram os ritos romanos que fizeram explodir a consciência indignada de Lutero, mas a hipocrisia refinada dos que vendiam o perdão dos pecados. Empolgado pelos acontecimentos que se precipitaram, dada a indignação geral, Lutero foi longe de mais, ou cedeu à onda, chegando a aconselhar o extermínio e a guerra. Joaquim dos Santos Figueiredo, mais sensato ou mais feliz refugiou-se no ideal da velha Igreja Peninsular, independente e livre de Roma até ao século XI, e que ele com outros abnegados e cultos obreiros, procurou fazer ressurgir das cinzas em que jazia sepultada: a Igreja Lusitana.

Tendo sido os Apóstolos, no seu tempo, os chefes da Igreja (e os «Actos» se referem, de forma bem clara, àqueles que eram então as «colunas») e tendo Pedro de facto tido a liderança, não posso repelir «in limine» toda e qualquer «organização» da Igreja, nem o seu apostolado histórico. Estamos neste caso, como a respeito dos «ritos». E' que os «meios» não se podem confundir com os «fins». Nem o que é temporário e transitório, com o que é permanente e eterno. O que devemos combater é a «idolatria», isto é, a elevação à categoria de essencial e absoluto daquilo que é apenas relativo e secundário. Uma coisa é ter chefes cultos e piedosos, que apascentem com solicitude o seu rebanho, cheios de compreensão e amor, procurando trazer a Cristo as almas, e tratando com caridade, sem anátemas, os transviados; e outra é ver esses chefes, em dependente submissão a um chefe único e infalível, usando dum poder absoluto, e exigir homenagens imperiais e cega obediência em nome dum VICARIATO que, de facto não existe. Ou se existe, é num sentido universal, cósmico, integralmente «católico»: é que, na

realidade, cada um de nós, crentes, é um REPRESENTANTE DE CRISTO NA TERRA. Isto, sim. E ai de nós, se O representarmos mal.

A primitiva IGREJA LUSITANA não era propriamente separada de Roma, no sentido que hoje damos à palavra «separado». Não havia «cismas», então. Havia apenas a «autonomia» das várias Igrejas da Europa e da Ásia. O centro da unidade eram os Concílios Ecuménicos, que podiam reunir-se em qualquer cidade (Calcedónia, E'feso, Niceia, Constantinopla, etc., etc.). E as várias Igrejas nacionais tinham os seus Concílios privativos como, na Península Ibéria, os de BURGOS, ELVIRA, e outros. Mais ainda: cada uma dessas Igrejas usava o seu Rito próprio, e as primeiras tentativas de imposição de Rito Romano foram repelidas com tenacidade, como sucedeu no Concílio de Burgos, em 1077, isto, não porque o Rito Romano, em si, fosse propriamente «mau»; mas a sua IMPOSIÇÃO OSTENTIVA representava um ABUSO DE PODER e uma intervenção descabida de uma diocese nos negócios internos de outra.

O poder indiscriminado do Bispo de Roma resultou de um processo gradual e histórico ligado às tentativas de restauração do antigo Império Romano, que teve o seu climax com Carlos Magno, quando este foi coroado em Roma por Leão III, no dia de Natal do ano 800 como IMPERADOR e AUGUSTO. Em troca, Leão III, que tinha sido antes expulso de Roma pelo povo revoltado, foi confirmado pelo novo César na sua diocese, e os seus poderes acrescidos com dádivas de territórios e uma jurisdição que se foi fortificando com o correr do tempo, apesar da enorme resistência das Igrejas regionais; e, entre elas, a Igreja Lusitana. Aqui, chegou a recorrer-se ao «duelo» e à «Prova de fogo» para decidir a dependência.

Enquanto a Igreja Romana era apenas (e gloriosamente) uma Igreja Missionária, a sua influência

À Margem de Climax

Quando refulge um astro de primeira grandeza, não tardam em acantonar-se em seu redor, variados satélites. O mesmo aconteceu ao erudito prelado D. António Alves Martins, nascido na Granja de Alijó, em 18 de Fevereiro de 1808 e, falecido em Viseu, em 5 de Fevereiro de 1882, quer na sua acção religiosa, quer na sua actividade política para o nosso caso em vista, a actividade política que o considerou réu digno de morte e o arvorou em juiz, não nos interessa. Interessam-nos as suas desempoeiradas afirmações: «O verdadeiro cura de almas é um ente privilegiado na jerarquia eclesiástica e, por isso os dotes que devem enobrecer este carácter tão respeitável, são todos

excepcionais» «... não se convertem incrédulos por meio da força, nem por ela os crentes deixam de apartar-se do grémio da Santa Igreja.» «A nossa religião é toda de paz; e, por isso, das cadeiras da verdade, jamais se deve semear o ódio aos nossos contrários.» «A religião deve ser como o sal na comida.» «Na minha diocese quero padres para amarem a Deus, na pessoa do próximo.»

No clima destas e outras afirmações, na livre isenção com que recusou a sua assinatura na saudação que havia de conferir a Pio IX e seus sucessores, a *infalibilidade*, bem como na intrepidez com que por meios diplomáticos, denunciou a falsidade da inclusão do seu

nome no aludido documento de perfídia histórica, talvez tivesse influenciado, por essa época, a separação de eclesiásticos romanistas, aos quais, pela sua atitude de impressão de momento, Jesus teria dito: *As raposas têm suas covas e, as aves do céu têm seus ninhos, mas, o Filho do homem, não tem onde reclinar a cabeça... Deixai que os mortos enterrem os seus mortos... Nenhum que mete a mão ao arado e olha para trás, é apto para o reino de Deus* (Lucas, 9: 58, 60 e 62), porém, a outros que encontrou pelos Telónios, obsecados pela simonia, disse: *Segue-me* (Mat., 9: 9) e, estes foram evangelistas, apóstolos e mártires.

Outro clima, também, se fazia sentir: a abnegada pregação do puro Evangelho de Cristo, com eleitos mais seguros para a isenção e esclarecimento da consciência nacional, do que aquela gorada tentativa de Reforma, no reinado de D. José, pelo Marquês de Pombal e seus satélites, mesmo, porque não havia ambiente para fazer o que fizeram com Damião de Gois, encurralando-o nos cárceres da Inquisição ou ao Cavaleiro de Oliveira que, esta queimou em efígie!

Este clima, sem diminuir o esforço de outros evangelizadores, mais aqueceu com a passagem, por Lisboa, do ex-padre espanhol Rev. D. Angel Herreros de Móra, vindo dos Estados Unidos, onde se homiziara devido à perseguição feita à libertação da sua consciência religiosa, na sua pátria. Relacionando-se com núcleos evangélicos já existentes, por uma portaria do Duque de Saldanha, organizou e abriu na capital, a Igreja Evangélica Espanhola, contudo, segundo os *Factos notáveis da História da Igreja Lusitana*, pelo nosso falecido Bispo eleito, rev. J. Santos Figueiredo, repetidas vezes, dizia aos portugueses que nesta se reuniam: «ainda haveis de ter uma Igreja vossa caracteristicamente nacional e, deveis trabalhar para que isso se realize brevemente, assim como houve a antiga Igreja Espanhola, também existiu a antiga Igreja Lusitana, ambas independentes de Roma; a Igreja de Roma, (dizia também) é estrangeira e não tem elementos para educar as duas

foi, sem dúvida, salutar e inspiradora. A ela, mais do que a qualquer outra do Oriente ou do Ocidente, se deve a expansão da Igreja de Cristo nos primeiros séculos da nossa era. O Evangelho se propagava, e as Dioceses se organizavam com um ímpeto que nenhuma força podia deter — e isto sem necessidade de uma acção centralizadora que enfeixasse nas mãos de um homem todo o poder e toda a iniciativa. Foi de Carlos Magno para cá que começaram as irremediáveis disputas, os cismas insanáveis e as guerras religiosas. O Oriente separou-se definitivamente do Ocidente; o próprio Ocidente se cindiu em dois papados: Roma e Avinhão. Veio depois a cisão protestante, a guerra dos trinta anos, a Inquisição, etc. E as consequências destas sucessivas catástrofes ainda hoje as estamos sofrendo. Em face do materialismo avassalador, nós, que nos chamamos «Cristãos», apresentamos uma frente desunida e só um milagre da Divina Graça poderá salvar o mundo de uma desgraça inaudita. Espero que o salve! Há-de salvar. (Amen!)

A solução não está certamente em IGREJAS NOVAS, e INTERPRETAÇÕES NOVAS. Se é certo que nós, os Crentes de HOJE, não temos culpa directa do que aconteceu antes de nós, cabe-nos o dever, entretanto, de reduzir ao mínimo as consequências destas catástrofes e de procurar um termo de equilíbrio entre as paixões que

nos separam, trabalhando pela Igreja Universal, com espírito cordato, racional e caridoso. Este espírito não poderá jamais firmar-se num ponto de vista peculiar, num conceito ou numa opinião pessoal. A máxima de S. Agostinho deve prevalecer, se quisermos fechar as brechas ocasionadas pelos erros e exageros do passado: «Nas coisas certas, unidade; nas duvidosas ou incertas, liberdade; e em tudo, a caridade». Este conceito é um oceano, tanto na extensão como na profundidade; o Oriente e o Ocidente cabem nele; nele cabem Lutero, o Cardial Mercier, e Gregório Magno.

A Igreja Lusitana pode considerar-se feliz em ter como lema aquela síntese sublime. Saiba ela compreender o seu verdadeiro espírito, e manter-se equidistante dos extremos, e a sua honra chegará, se não chegou ainda, de se apresentar como um exemplo vivo, numa atitude recta, equilibrada, profundamente espiritual sem ser fanática e exclusivista, portuguesa sem ser bairrista ou regional, católica sem ser romana, firme na sua gloriosa tradição secular, severa consigo mesma, fraternal e tolerante com os demais, DANDO e DANDO-SE pela Fé, pela Redenção, pela Pátria, pelo Reino de Deus.

EURICO DE FIGUEIREDO

(1) Este extracto é de uma carta que se seguiu àquela em que nos fala dos ritos. O título, como é óbvio, é nosso e escolhido segundo o sentido do texto.

(Conclui na página 8)

Factos mais notáveis da história da Igreja Lusitana até aos nossos dias

É triste que já se vá aceitando entre nós a ideia de que a Igreja Lusitana é «mais uma seita protestante, originária da Reforma do século XVI, de *denominação* pretenciosa que a sinonimiza de Igreja Nacional». E até já houve quem achasse melhor chamarmo-nos «Episcopais», naturalmente, para que fossemos um «sector» com alguma *denominação*. Também isto se aceitou e popularizou.

Toda esta deformação progressiva, que nos ameaça, se atribui à falta de justa reacção contra tais acusadores, em grande parte devido ao nosso desconhecimento do que somos e do que pretendemos, e muito também à negligência dos que sabendo a verdade não a divulgam, talvez para não melindrar o inimigo da verdade. E essa verdade vai fugindo por entre os dedos frouxos da falta de energia cristã, encontrando-nos agora de mãos quase vazias e calejadas em busca dela.

Esta é a verdade: a IGREJA LUSITANA NÃO SE FUNDOU EM 1880 — RESTAUROU-SE.

Não foi para sustentar caprichosamente uma nova seita protestante que cinco padres abjuraram o Romanismo e mais duas dezenas de cristãos receberam ordens sacras de presbítero, mas para erguer uma Igreja Nacional nos moldes da que, em letargia desde o século XI, importava fazer germinar.

Constitui, sem dúvida um lapso lamentável classificar o movimento de 1880 como fundação da Igreja Lusitana, quando não foi mais que a sua restauração. Felizmente, muitos de nós sabem, pelo excelente trabalho, prosa clara, elaborado pelo falecido Bispo-eleito, Rev. Santos Figueiredo, que a Igreja Lusitana não se fundou em 8 de Março de 1880, mas no primeiro século da Era Cristã. Bom seria que o Sínodo um dia houvesse por bem decalcar e actualizar a obra de Santos Figueiredo, tão necessária para quem desejar conhecer a História da Igreja Lusitana.

Recuemos, portanto, à idade apostólica e invoquemos alguns nomes sagrados dos que impulsionaram a Fé na Península Ibérica, antes de Roma ter introduzido as

suas inovações e da Reforma ter trazido as suas confusões, por vezes, demasiadamente impertinentes.

Três são as tradições que dão início ao Cristianismo na Península (Hispania). A primeira, a da pregação de Santiago Maior, que está posta de parte por autoridades eminentes, e à falta de documentos comprovativos, que inevitavelmente existiriam, fosse verdadeira a tradição. O silêncio da literatura eclesiástica é absoluto a este respeito até ao século IX e «a própria tradição não vai além do século VIII, fins do VII».

A segunda tradição é a da vinda de S. Paulo, fundamentada na Sagrada Escritura, nas suas próprias palavras ao Romanos (XV, 24, 28), escritas cerca do ano 58. A tradição afirma que ele teria entrado por Tarragona ou por Cádiz na primavera de 63, depois de ter saído da prisão em Roma. S. Clemente (ano 96) afirma que o Apóstolo veio até ao «extremo do Ocidente» e o *Cânone Muratori* menciona a «partida de S. Paulo a caminho de Hispania».

Por último aparece-nos a tradição dos sete *Varões Apostólicos*, bispos, S. Torcato, S. Cecílio, S. Eufrásio, S. Indalécio, S. Tesifonte, S. Heséquio e S. Segundo.

Embora não haja a certeza de quem nos trouxe o Evangelho, sabe-se, contudo, que veio alguém como embaixador de Jesus Cristo e que fez um trabalho glorioso, pois Santo Ireneu (180) — 122 anos depois de S. Paulo ter dito aos Romanos que viria à Península — já invoca o *testemunho fiel das igrejas de Hispania*. E Tertuliano, escrevendo ao procônsul Escápula, diz que os súbditos de Cristo chegaram aos confins da Espanha (*Hispaniarum omnes termini Christo subditi*).

Daqui em diante temos uma Igreja crescente que irradia no mundo pagão a luz do Evangelho e abre com o sangue dos Mártires — S. Frutuoso e seus diáconos (259), Santa Eulália, de Mérida (capital da Lusitânia), S. Vicente etc. — as páginas santas duma história que não podemos deixar enterrada no campo de que Roma tomou

posse pela força e pela astúcia.

Entre os documentos preciosos que, comparados com as Escrituras, serviram de base à restauração da Igreja Lusitana, figuram os 81 cânones do Concílio que se deu em Elvira (Ilíberis), no primeiro lustro do século IV, em que tomaram parte 19 bispos, 24 presbíteros e muitos diáconos. A Lusitânia foi ali magnificamente representada por cinco bispos.

Durante mais de três séculos, apesar das violências de alguns imperadores romanos, a Igreja cresceu pura, mantendo com característica rigidez os princípios apostólicos. A primeira perseguição na Península, de que há documentos, foi a de Décio (250), seguindo-se em (259) a de Valeriano.

Deu-se então um facto notável na história da Igreja: a entrada dos Alanos, dos Vândalos e dos Suevos (desde 409), e por fim dos Visigodos (572), que, após a decadência do Império Romano (476), constitui para a Igreja uma nova fase de personalidade eclesiástica. Começaria aqui a definir-se a posição da Igreja Nacional Hispano-Lusitana, apesar do receio que dominou os cristãos no primeiro contacto com os bárbaros. A conversão de Clóvis (496), chefe dos Francos, que foi baptizado com 3.000 dos seus guerreiros; a conversão dos Suevos, por S. Martinho Bracarense e por fim de Recáredo (586) rei dos Visigodos, fizeram erguer a Igreja da Península à mais justa autonomia. Recáredo era então o chefe da Monarquia e o chefe da Igreja. O bispo de Roma não tinha qualquer autoridade sobre ele.

Expulsos os Vândalos para África, fixaram-se os Alanos na Lusitânia, que depois lhes foi conquistada pelos Suevos. Durante a estadia destes deram-se em Braga dois importantes concílios, em 561 e 572, que vincaram a resistência da Igreja Nacional contra Priscianistas e Arianos e reafirmaram-se os princípios evangélicos da fé católica.

S. Martinho, a quem acima nos referimos, foi a figura primacial da Igreja Lusitana, alma do 2.º Concílio Bracarense, em 572,

metropolitano, na Sé de Braga, por morte do bispo Lucrécio. A sua ciência, as suas virtudes, e os seus escritos, traduções e compilações «como complemento da obra conciliar e no intuito de uniformizar a disciplina em toda a nação», foram o núcleo fundamental da independência eclesiástica portuguesa.

Roma ganhava então a simpatia dos nobres dentre os pagãos, substituindo os «deuses menores» por imagens de Santos e de Cristo — que acabaram por adorar — enquanto a Igreja Visigótica, senhora de tradições litúrgicas nacionais que conhecia do século III, resistia ao paganismo e à constante infiltração da Igreja estrangeira de Roma. Sendo ambas Católicas na Universalidade de Cristo, com base nos princípios estabelecidos em Niceia, poderiam coexistir nas suas pátrias, mas Roma exigia direitos de supremacia que sempre lhes foram negados. No século XI conseguiu-os, sim, mas pela força.

Desde o ano 400 até 701, deram-se em Toledo 18 concílios (o último, convocado por Vitila — penúltimo rei visigodo — em 701; perderam-se as actas). Destes concílios resultou uma compreensão elevada dos deveres políticos e religiosos. A nação progredia, cultivando-se a tolerância e a fraternidade do genuíno evangelismo.

Querendo depois o clero dominar em questões puramente civis, ia arrefecendo o zelo pela Igreja e a nação tornava-se incrédula e fraca. Alexandre Herculano, no seu livro, «Eurico, o Presbítero», põe estas palavras na boca dum presbítero godo, no declinar da monarquia visigótica; «Quem é hoje cristão godo nesta nossa terra de Espanha?»

«Uma geração degenerada pisa os restos de heróis: homens sem crença blasfemos ou hipócritas, sucederam aos que criam na grandeza moral do género humano e na providência de Deus... Hoje a prostituição entrou no templo do Crucificado: os claustros das catedrais velam com o seu manto de pedra as abominações da torpeza, e as mãos do sacerdote deixam muitas vezes humedecida a tela que veste os altares com vestígios do sangue derramado covarde e vilmente».

Foi este estado caótico que proporcionou aos arábes em 711 a fácil conquista e destruição do império visigótico. Os islamitas não pouparam a Igreja Cristã: a

princípio haveria uma relativa tolerância religiosa, «desdenhosa tolerância», como diz Oliveira Martins, que facilitaria «o sistema de exploração de vassalagem das populações submetidas».

«A Igreja», escreve Santos Figueiredo, «posto que muito ferida não morreu». «O povo conservava ainda os restos duma educação cristã que durante séculos lhe tinha sido ministrada». Além disso, a liturgia visigótica, na qual trabalharam S. Leandro, S. Isidoro e S. Ildefonso, luminares da Igreja dos godos, muito concorreu também pelo seu cunho cristão e profundamente nacional para que o Cristianismo não fosse absorvido pelo Islamismo».

É facto histórico que a causa da queda visigótica se deve também à sua má organização política, sistema de monarquia electiva, que deu lugar à ambição dos nobres, ao ódio, ao assassinio, à derrocada. Santo Isidoro de Sevilha lembra o ditado da época: «Serás rei, se agires com justiça; senão, não serás rei». (*Rex eris, si recte facias; si non facias, non eris*).

Desde Ataulfo até D. Rodrigo, hove 34 reis; e foram depostos ou assassinados 14, não contando os que se dizem mortos em batalha ou aqueles cujo fim se ignora. (Gama Barros, citado por Miguel de Oliveira em «História Eclesiástica de Portugal», 51 nota 1).

A reconquista cristã vai ter início com Pelágio, fundador da monarquia das Astúrias, depois da batalha donde safu rei.

Essas vitoriosas batalhas da reconquista que exaltam os nomes gloriosos de Vimara Peres (Porto, 868), Fernando Magno (Seia, 1055; Lamego, 1057; Viseu, 1058; Coimbra, 1064), D. Afonso Henriques (Lisboa 1147 e outros, só terminariam com D. Afonso III, na conquista do Algarve em 1249.

Entretanto já Roma há muito atingira o auge do seu ambicionado poder. A coroação de Carlos Magno, no dia de Natal de 800, pelo papa Leão III, iluminava nervosa mas magnificamente, o sonho imperialista do sólio papal ascendente ao lugar supremo. Contudo durou pouco tão grande artilharia. Morto o imperador, foi o império dividido em três reinos, depois desmembrados.

Escancararam-se as portas para o feudalismo e para o escândalo declarado dos papas romanos; alguns deles, «leigos elevados sibi-

tamente a pontífices «(P.º Miguel de Oliveira).

Em 1073, escreveu o papa Gregório VII, ex-monge Hildebrando, aos reis de Espanha, pretendendo que Roma tinha direitos sobre a Península desde S. Pedro. Os reis estranharam a ousadia, pois nunca nenhum rei godo, de Recaredo a Vitiza e Rodrigo, tinha sido tributário da Sé de Roma.

O astuto papa não desistiu e, por meio da rainha D. Constança e do seu legado, convenceu D. Afonso VI, rei de Leão e Castela, a decretar a substituição da liturgia moçárabe, «lão bela e tão cristã, pela romana. O povo, o clero e os militares, resistiam tenazmente, rompendo em grandes alterações, manifestando-se contra Roma, esforçando-se para manter os officios divinos nacionais». Chegou a recorrer-se ao duelo e à prova de fogo, costumes antigos de resolver assuntos importantes: um cavaleiro representava a missa romana, o outro, a liturgia nacional. Após violento combate, venceu o cavaleiro da liturgia nacional.

(Continua no próximo número)

A Restauração da Igreja Lusitana

e a Reforma Religiosa do Século XVI

(Conclusão da primeira página)

procurar desenvolver o seu convívio com as confissões protestantes portuguesas, e isto, conscientemente, sem compromisso da sua catolicidade essencial, e, até, sem estranhar incompreensões eventuais dos que, por sua formação custosamente se apercebem das exigências que lhe resultam da sua origem diferente.

Éis o sentido em que fica bem ao DESPERTAR ligar a Festa da Reforma às Bodas de Diamante da Restauração da Igreja Lusitana.

Seja este gesto entendido no seu melhor significado: o de que a Igreja Lusitana, católica como é, nem pelo facto de não ter as suas origens na Reforma do séc. XVI, deixa de acarinhar, em si e nas demais confissões cristãs, aquilo que o Espírito Santo revelou de novo aos grandes profetas desse tempo; e de o fazer com um amor, uma segurança doutrinal e uma fidelidade, em que não quereria ser superada por ninguém.

A Reforma

como factor potencial

constante da Igreja

«Tu és Pedro e sobre esta pedra edificarei a minha Igreja, e as portas do inferno não prevalecerão contra ela.» Momentos antes de Cristo proferir estas palavras, Pedro havia dito: «Tu és o Cristo, Filho do Deus Vivo.» Foi sobre a Fé de Pedro, foi sobre a atitude daquele homem de pura integração no plano espiritual da Redenção da humanidade por Cristo, foi sobre um homem como Pedro cheio de sinceridade, de entusiasmo, de firmeza e zelo, que principiou a ser edificada a Igreja.

Esposa mística de Cristo, que ultrapassa o pensamento humano, que se eleva num sentido puramente espiritual na grandeza omnipotente de Deus, e todavia não abstracta, contudo habitando entre os homens, tendo na Terra uma expressão visível. As mãos com que maneja aqui em baixo, porém, são mãos de pigmeus que tantas vezes, descontroladas, desobedecem ao seu Senhor e Rei, ao seu Conductor e Guia.

Pedro, aquele mesmo homem cuja fé era grande, sincera e verdadeira, negou o seu próprio Mestre. Mais tarde errou e teve momentos de hesitação e dúvida. Os outros apóstolos, como Pedro, homens grandes e escolhidos, tinham-se entregado também ao seu Senhor de coração e alma. Eram outras tantas pedras basilares, (Efés. 2:20) mas todavia tão frágeis como a primeira.

E com material de construção tão rudimentar, como compreender que a Igreja tenha a Grandeza divina, as proporções gigantescas, a Força espiritual enorme que possui desde o início e que terá até à consumação dos séculos? «O que é impossível aos homens é possível a Deus.» Pedro pecou, é certo; mas estava sempre olhando para Cristo: «Senhor, salva-me que pereço». E a mão de Cristo não se faz esperar. O grande Arquitecto não abandona o seu Plano.

Podemos pois compreender a história da Igreja nos seus ramos que murcham porque o homem

se desligou de Deus e naqueles que florescem, porque manteve com o Espírito Divino um contacto constante. A consciência de que se está afastando de Deus, de que se está caindo no mal e no pecado, reside em corações de homens inspirados que admoestam os seus irmãos e lhes apontam Cristo como «o Caminho, a Verdade e a Vida».

As cartas de S. Paulo estão cheias de reprimendas e de conselhos. Já nos tempos apostólicos havia a necessidade de impedir abusos, de corrigir erros, de desfazer concepções erradas. E desde o primeiro concílio da Igreja (Actos XV) quanto se fez, quantos esforços, quantas lutas para destruir práticas, supersticiosas, crenças, desvios, inovações perigosas. Foi grande o trabalho dos primeiros séculos em fazer ver aos homens as suas fraquezas. E o Evangelho espalhou-se rapidamente por todas as partes do mundo. A própria Igreja se chamou a ela católica, porque se estendia a toda a humanidade, a todas as gentes, quaisquer que fossem as suas raças ou as condições dos homens, sua riqueza ou pobreza, fossem servos ou senhores. E não só por motivos da sua expansão, mas também porque conservava em todos os recantos da Terra a sua inteireza doutrinal, a sua adaptação às necessidades espirituais do homem, mantendo a mesma fé e a mesma ordem.

Porém o aumento do poder do papa e da sua autoridade, tornando-o despótico, vai-se acentuando no decorrer dos séculos.

Com este crescente autoritarismo, a Igreja sofre. Separa-se a Igreja do Oriente da do Ocidente e são absorvidas várias Igrejas nacionais até então livres.

Se às vezes aparecem homens como S. Bento, S. Bernardo, S. Francisco de Assis, estes não são suficientes para modificarem as directrizes que Roma está tomando e para evitar o seu afastamento do Evangelho. Começa a haver movimentos de inquietação,

mas são abafados como o dos Albigenses no sul da França, como o de John Wicliff na Escócia, de Jerónimo Savonarola na Itália e de João Huss em Praga. Impossível pois qualquer reacção natural. E Roma segura da sua imunidade chega a um estado de corrupção que Lutero pressente e denuncia, proclamando as suas famosas 95 teses à porta da Igreja de Wittemberg. E com uma coragem, que marca uma nova época na história da Europa, queima publicamente a bula de excomunhão do papa.

O concílio de Trento que poderia ter sido um movimento de retorno à Fonte Suprema, foi uma falência. Não quizeram atender aqueles que queriam entabular conversações com os Reformadores. Se tivessem ouvido essas vozes, outra teria sido a história do Mundo.

Em Espanha e Portugal a repressão foi total. Damião de Gois é condenado ao encarceramento perpétuo. Filipe II manda matar o seu próprio filho, porque, segundo muitos julgam, mantinha contactos com grandes e ilustres personalidades da Igreja, afeitas à Reforma. Tudo acabou em sangue. E a Santa Inquisição continuou ainda por muitos anos o sacrifício dos suspeitos.

Foi extinto todo o poder de auto-reforma no tronco romano? De maneira alguma! Esse poder tem-se feito sentir em concílios, na acção de homens santos, em certos escritores puramente evangélicos, no movimento litúrgico que ultimamente tem tomado feição em alguns países, e ainda por outros aspectos. O factor potencial de reforma existe, pois, neste tronco da Igreja; mas o facto é que está dominado por um sistema que abafa, que não o deixa medrar. É muito duvidoso que algum sistema totalitário seja capaz de reformas que perdurem. A tendência final é mais para a consolidação dos males do que para os abolir.

O Protestantismo, ou o ramo

À MARGEM DE CLIMAS

(Conclusão da página 4)

nobres nações irmãs; tende, pois, fé, seja grande a vossa confiança na Providência e, a Igreja Lusitana há-de ressurgir bela e santa para honra e glória de Deus e felicidade deste lindo país que tão generosamente me acolheu.»

O vaticinante incitamento deste erudito em História Eclesiástica, que mereceu ser eleito bispo da Igreja Portuguesa Reformada, a qual, no seu Relatório de 1878, dizia: «Desejamos conservar a Ordem de bispos, presbíteros e diáconos, porque julgamos ser ela a que mais se conforma com as Escrituras Sagradas e os costumes da Igreja Primitiva,» bem como estava perdida a esperança, absorvido pela política, de o Bispo Alves Martins ir mais além na sua liberdade de consciência religiosa, chefiando o restauro da Igreja Lusitana, em Março de 1880, num Sínodo Geral, composto por clérigos e leigos, antecedido de uma espécie de movimento ecuménico, ficou

definitivamente restaurada a Igreja Lusitana Católica Apostólica Evangélica, com sua constituição, Regulamento e Canones, como foi nomeada uma comissão para estudar a orgânica de uma Liturgia em moldes históricos e nacionais, para uso das congregações já reunidas, a reunir ou a organizar.

Desta comissão fizeram parte o rev. Cónego Pope, teólogo e profundo liturgista, que há 9 anos vinha compilando os seus estudos, rev. Diogo Cassels, estudioso que igualmente já tinha estudos feitos e, os ex-padres, a quem Jesus dissera, *Segue-me*: rev. José Nunes Chaves, algarvio, amigo íntimo do poeta João de Deus, literato e versado em Direito canónico, rev. Henrique Ribeiro Ferreira de Almeida, beirão, orador sacro de nomeada na Igreja romana, pois, em três anos seguidos, havia pregado o sermão de sexta-feira santa na Igreja de Santo António dos Congregados, no Porto, cujo púl-

pito só era acessível a prégadores distintos, conhecedor das antigas liturgias e, irmão do poeta e estadista Tomás Ribeiro.

Apesar de estudos individualmente feitos, esta comissão compulsou além de outras liturgias antigas, a bracarense, a moçárabe, a romana e a das Igrejas já reformadas, pondo de parte o que julgou antibíblico, apresentando, em 2 de Dezembro de 1882, o seu trabalho, a um Sínodo que, não o discutiu de ânimo leve, o aprovou e submeteu ao exame de um Conselho de Bispos, que lhe deu a sua aprovação, trabalho honesto e modelar, tendo sempre merecido a admiração de todas as autoridades no assunto.

E, foi nos climas apontados que foi restaurada a Igreja Lusitana, mas, nem por isso, se pode acusar tal restauração assente no esquerdismo ou direitos daquela época. Cónego Pope, era capelão anglicano em Lisboa, Diogo Cassels, era um evangélico perseguido, em Gaia Nunes Chaves e Henrique Ribeiro tinham vindo do pomposo formalismo ultramontano; porém, tendo na alma a honestidade da pureza cristã, conduziram a essência do restauro da Igreja Lusitana para o centro do ensino bíblico e das tradições luso-católicas.

São passados 75 anos! O clima político e religioso, é muito diferente por esse mundo fora. Movimentos litúrgicos e ecuménicos, são o problema dos vários ramos da Igreja Universal. O próprio ramo ultramontano agita-se pela acção do actual papado a politicamente esgalhar e limpá-lo de espessa folhagem, a fim de se arejar o que foi vedado aos povos e reservado, até há pouco, a hierarquias e oligarquias. O ramo luso-católico, perante estas manifestações, nada tem que recuar ou adaptar, porquanto, a sua orgânica foi centralizada no Pai, Filho e Espírito Santo, assim como seus usos e costumes foram a restauração dos da Primitiva Igreja Nacional em linha directa com a sucessão apostólica.

Se alguma coisa a Igreja Lusitana tiver de fazer nos climas que actualmente se sentem, julgamos nós, os que lhe estamos fazendo o nosso último quarto de sentinela, é ecuménicamente abrir os braços a quem por patriotismo, vocação e convicção, melhor se queira integrar na *Verdade Evangélica* e Ordem Apostólica.

Rev. A. Pereira Araújo

A REFORMA

como factor potencial constante da Igreja.

(Conclusão da página 7)

que continuou após o rompimento do século XVI, rompimento imposto por Roma, e que protesta a sua Fé em Cristo e aceita a Bíblia como fundamento supremo da sua doutrina, tomou como seguro caminho da Igreja contra a corrupção dos séculos, o livre exame das Escrituras, a Liberdade de consciência, a confiança na inteira suficiência do sangue de Cristo e a crença no sacerdócio espiritual dos crentes. Crê que o conceito de liberdade da Igreja diz respeito não só à emancipação dos vários grupos eclésicos nacionais do jugo dum potentado, mas principalmente o viver e obrar segundo a Graça e a Vontade de Deus (Gal. 5:1). Crê também ser condição essencial para uma atitude renovadora constante o reconhecer e admitir as próprias faltas, os próprios erros. Por isso o Protestantismo não teme a discussão

livre, a crítica aberta, a ingerência dos leigos na direcção da Igreja e no ministério da Palavra, e antes pelo contrário o estimula, o incute, o prepara.

Que Deus nos ajude e nos ilumine. A submissão dos homens à Sua vontade, a Força duma Fé semelhante à de Pedro, será o fulcro de toda a renovação constante e crescimento da Igreja.

Paulo Agostinho

Leitor! A Igreja necessita de «O Despertar», mas «O Despertar» precisa de ti, não pode viver sem o teu auxílio.

Procura o delegado da tua Paróquia e inscreve-te como «Amigo de O Despertar», comprometendo-te com uma quantia certa por cada número.

Espera-se de cada leitor deste Boletim uma oferta não inferior a 1\$50.

O Grande Monumento

(Conclusão da primeira página)

gia havia de se assemelhar em muito à Liturgia Anglicana e havia de ser por ela influenciada. Os nossos Reformadores, à semelhança de Cranmer, reuniram num só Livro os cinco livros litúrgicos fundamentais da Idade Média: O Breviário (Orações da Manhã e da Tarde e Saltério); o Missal (Eucaristia e colectas, epístolas e evangelhos para todo o ano) o Processional (a Ladaíña); o Ritual (Ofícios ocasionais, como Baptismo, Casamento etc.); e o Pontifical (Ordem da Confirmação e Ordinal). No entanto, uma comparação mesmo superficial mostra as facetas características a que acima nos referimos e a independência com que agiram os compiladores da nossa Liturgia.

«Lex orandi, Lex credendi» diz-se já há muito tempo indicando assim a estreita relação que não pode deixar de existir entre a doutrina da Igreja e o modo como ela presta culto a Deus. O Livro de Oração, dá-nos pois como era de esperar, as marcas da Reforma religiosa preconizada e levada a cabo pelos Padres da nossa Reforma, permita o leitor que chame assim aos Restauradores de 1880.

Eis as suas notas principais:

1.^a — *O Livro de Oração em Português*; os Serviços divinos não são mais espectáculos em língua estranha, a que o povo assiste como mero e por vezes distraído espectador, representado junto do Altar por sacristão ou outro acólito que papagueia, e em geral estrophia as respostas rituais, as quais de resto ele entende tanto como o demais povo. Na nossa Liturgia o povo toma uma parte integrante e fundamental nos vários Ofícios: Diz em alta voz com o celebrante, a confissão, o Pai-nosso, a acção de graças; alterna com ele na leitura dos salmos; toma parte audível nas ladaíñas e preces que ele recita; dialoga com ele nos versículos, nas saudações, no «osculum pacis» e no «Sursum corda». É a grande afirmação do princípio evangélico do sacerdócio universal dos fiéis de que o sacerdócio ordenado é expressão visível — instrumento de Cristo no Seu Corpo e não medianoiro inevitável entre os fiéis e Deus.

2.^a — *O Livro de Oração é mar-*

cadamente escritural. Em nenhum culto Reformado a Bíblia tem tão grande lugar. O leccionário promove a leitura de quase toda a Bíblia no decorrer do ano litúrgico e vários capítulos (sobretudo do Novo Testamento), são lidos mais de uma vez, durante o ano. Impregnado da linguagem das Escrituras, ressalta dos seus Ofícios, quer regulares quer ocasionais, a suficiência da Obra expiatória de Cristo como redenção e satisfação, a prontidão de Deus em perdoar ao que se arrepende e O invoca, numa palavra, a Mensagem do Evangelho limpa das poeiras medievais que tanto lhe ofuscaram o brilho prístino. Sem de forma alguma pretendermos diminuir o valor ou a necessidade da pregação, podemos afirmar sem receio, que qualquer dos nossos Ofícios é por si próprio exposição clara do caminho da salvação e da santificação individuais. A recente neurose religiosa da modernista-fobia, não tem por isso mesmo, feito entre nós as vítimas que causou nas várias confissões protestantes. O ministério profético, evangelístico ou doutrinador de qualquer dos nossos párocos, pode tornar-se defectivo sob algum aspecto; porém na simples recitação da Liturgia ele é forçado a pregar o «puro Evangelho» e a proclamar «todo o Conselho de Deus».

3.^a — *O livro de oração é de modo inconfundível, uma liturgia católica.* Assim a quiseram intencionalmente os seus compiladores, os quais no Prefácio escreviam: «Não pretendemos fundar uma nova religião. Queremos tão somente expurgar a Religião das corrupções seculares, reivindicar as liberdades da primitiva Igreja Lusitana — por tanto tempo sujeita ao jugo estrangeiro de Roma — e difundir por todo este país uma doutrina que seja católica e apostólica...» Deste modo «além doutras liturgias antigas foram compulsadas a Bracarense, a Mozarabe e Romana»; desta última, por exemplo, foram adoptadas peças formosíssimas, (que Cranmer não havia aproveitado) como a «oração do humilde acesso» (de S. Tomás de Aquino, o poeta da Eucaristia), e parte do «embolismo». Reconheceram os nossos

Reformadores e muito bem, que na elaboração duma obra desta natureza «não se podia prescindir dos homens e dos séculos que nos antecederam».

A' continuidade da forma litúrgica corresponde a continuidade na ordem eclesiástica e na doutrina. No prefácio do Ordinal declara-se expressamente a intenção de *continuar* o tríplice ministério de Bispos, Presbíteros e Diáconos que se declara existente desde os apóstolos; o ritual para a administração dos Sacramentos não deixa dúvidas no que se refere à posição da Igreja acerca da sua crença na graça inerente aos mesmos; a aceitação das seculares confissões de fé, chamadas no Prefácio, já várias vezes citado, «antigos credos católicos», mostra como a Igreja Lusitana expressa a sua fé nas mesmas palavras, *usadas no mesmo sentido*, que a Igreja indivisa dos primeiros séculos.

O Livro de Oração Comum é pois o documento histórico que define os princípios da Reforma de 1880: Independência da Igreja Lusitana como Igreja Nacional; supremacia da Bíblia como Regra de Fé, *mas da Bíblia entendida como a entendeu a Igreja primitiva*, cuja fé, como se encontra nos velhos credos, inteiramente aceitou; manutenção da continuidade histórica tanto no Ministério como na liturgia, havendo posto de parte o que se reconheceu prejudicial mas «conservando e ampliando o que se julgou bom e bíblico».

Presbyterus Lusitanus

NOTAS E COMENTÁRIOS

(Conclusão da página 2)

No número de «O Despertar», dedicado em especial ao Ecumenismo, expôs-se claramente aos membros da Igreja Lusitana, todo este movimento. Todavia, além do seu significado espiritual, que transcende o mero sentido das palavras, necessário se torna conhecer a sua acção social. Na mensagem eloquente que o Bispo Barbieri proferiu na Igreja Lusitana de S. Paulo, em Lisboa, sua Reverendíssima afirmou categoricamente, que as somas dispendidas pelo Conselho Mundial das Igrejas com todos os que sofrem no mundo inteiro, as minorias oprimidas, os refugiados, os encerrados em campos de concentração, as Igrejas que atravessam dificuldades de todas as ordens, etc. etc., são nitidamente superiores ao total dos auxílios prestados por todos os outros organismos filantrópicos internacionais.

PELA IGREJA

S. Paulo

36 anos ao serviço da Instrução
Primária

GRATA HOMENAGEM

A festa iniciou-se formalmente quando, a pedido da Comissão de Homenagem à distinta professora, Sr.^a D. Lavinia Augusta de Figueiredo, o Pároco de S. Paulo fez uma breve apresentação da digníssima professora, viúva do nosso bispo-eleito, Revmo. J. Santos Figueiredo, e mãe de três cristãos activos que tanto têm honrado a memória de seu pai: Dr. Leopoldo de Figueiredo, Rev. Eurico de Figueiredo e João Pedro de Figueiredo, seguida duma oração extemporânea em prol da homenageada e de todos os presentes.

O «Externato Lusitano» onde a Mestra ensinou é um anexo da paróquia de S. Paulo, da Igreja Lusitana, Católica, Apostólica, Evangélica.

Aquela noite de 19 de Outubro parecia-nos mais escura no contraste magnífico com os sorrisos que iluminavam os corações presentes. Enchia o ambiente uma candura infantil que depressa nos contagiou: os velhos choravam e as crianças riam no mesmo sentido de felicidade.

O rosto da boa professora rejuvenescera. Enquanto conversava com alguns ex-alunos — alguns já pais e até avós — ora levantava o indicador em gestos largos e naturais, que a identificavam com a mestra que exige, ora elevava o rosto feliz, abrindo muito aqueles olhos vivos que a definem, num sorriso franco e comunicativo. Os gestos duma boa professora ensinam, já metade da lição.

Estariam presentes umas duzentas pessoas, nem todos ex-alunos, mas todos admiradores do seu notável valor, representando este número somente dez por cento dos alunos que a Mestra ensinou a ler e levou a exame.

Houve palavras e abraços de comoção da parte dos ex-alunos, desejos de abundante vida e parabéns de todos, flores com abundância, que ajudaram a perfumar e a colorir o ambiente animado, relâmpagos electrónicos dos activos fotógrafos e por fim um delicioso chá em que mais uma vez se evidenciou a grande possibilidade, e ansiedade, de colaboração da «Sociedade de Senhoras».

Logo no princípio foi por um dos membros da Comissão de Homenagem, promovida pela Junta Paroquial de S. Paulo, entregue à estimada Mestra uma jóia linda e discreta, trabalhada em ouro branco e pedrarias, comprada com as ofertas recebidas pela Comissão.

«O Despertar», aproveita o ensejo para juntar os seus votos de bênçãos celestiais e desejar à homenageada uma longa vida de fé e saúde.

Externato Evangélico Lusitano

Após a reforma da Ex.^{ma} Sr.^a D. Lavinia de Figueiredo, a cuja homenagem nos referimos neste número, tomou posse dos cargos de Directora e Professora do «Ex-

ternato Evangélico Lusitano» a Ex.^{ma} Sr.^a D. Maria Odete Duarte Borrego Soares Carvalho, esposa do nosso Redactor do Sul, coadjutor da I. de S. Paulo.

«O Despertar» cumprimenta a nova professora desejando-lhe as maiores bênçãos no seu trabalho.

*

*

I. de S. Mateus

Continua promotor o nosso recente trabalho na Vala do Carregado, o qual, apesar do seu carácter «doméstico», já nos habituámos a chamar «Missão de S. Filipe». Os cultos continuam a ser à Quinta-feira, funcionando ao Domingo de tarde, no mesmo lugar, uma Escola Dominical dirigida por elementos da Escola Dominical de S. Mateus e por iniciativa de um dos seus rapazes.

Após o regresso da sua viagem a Inglaterra, foi oferecido ao nosso Ministro e a sua Mulher um «chá» de homenagem e boas vindas na Sede das «Sentinelas» o qual decorreu muito animado.

«O DESPERTAR» NO NORTE

A abrir

O Despertar que surgiu primeiro como boletim do MoRI, e passou depois a ser o boletim de doutrina e informação da Igreja, prossegue o seu caminho, procurando desempenhar o melhor possível, a sua elevada missão. Se os últimos números mereceram justos louvores pela forma como tratavam assuntos de tanto interesse para a Igreja, não significa que tudo foi já alcançado, pois o jornal tem ainda muito a fazer.

ACTIVIDADES ESCOTISTAS — Filia-dos na A. E. P. e anexos às Igrejas do Bonfim, do Candal, e do Prado, existem os Grupos 15, 91 e 41. Em 10 e 11 de Setembro, no lugar de Campelos, proximidades da nova Escola Comercial e Industrial de Gaia, e a 15 minutos da Igreja do Prado, efectuou-se um acampamento de preparação dos grupos da Região Norte, em que tomaram também parte os grupos 4 (Porto) e 44 (V. N. de Gaia).

Em 1 e 2 de Outubro repetiu-se o acampamento no mesmo local, tendo sido visitado por muitas pessoas, Direcções dos Grupos, e pelo Sr. Comandante Coutinho Lanhoso, delegado regional da A. E. P. que ficou muito bem impressionado com os trabalhos executados pelos escoteiros.

No domingo, 2, às 10.30 h. houve um serviço religioso para os escoteiros cristãos evangélicos, dirigido pelo Rev. Vidal dos Santos, chefe do Grupo 15. Num recanto do pinhal, os escoteiros improvisaram uma capela, onde uma cruz formada por algumas varas, dava a impressão dum lugar reservado para o culto que todos devemos a Deus. O sermão, sobre o grande mandamento da Lei — amor a Deus e ao próximo

— pôs em evidência a ordem dada por N. S. Jesus Cristo ao fariseu e a nós também: «Vai tu e faz o mesmo».

Houve ainda a festa do Fogo do Conselho, à noite, e a Festa do Campo, à tarde, e fizeram o compromisso de honra alguns novos escoteiros dos Grupos 41, 44 e 49.

VII CENTENÁRIO DO FORAL DE V. N. DE GAIA — Realizaram-se em V. N. de Gaia várias solenidades comemorativas deste histórico acontecimento, de 2 a 9 de Outubro. As congregações do Torne, Candal, Prado e Oliveira do Douro, associaram-se às comemorações, realizando um serviço de acção de graças no domingo 9, na Igreja do Torne, em que prêgou o Rev. Snr. Dr. Daniel de Pina Cabral, sobre a influência da Igreja na vida dos povos, servindo-se do texto de Jeremias 29: 7 «Procurai a paz da cidade para onde vos fiz transportar, e orai por ela, porque na sua paz vós tereis paz».

A colecta rendeu 1.010\$00 e foi entregue à Misericórdia de Gaia, para auxílio da construção do seu hospital.

Este serviço religioso pôs mais uma vez em evidência, como é já pequeno o templo da Igreja de Torne para serviços desta natureza, pois tendo sido construído há cerca de 70 anos, nessa altura era suficiente, mas hoje precisa de ser ampliado para estar apto para tais serviços. Certamente a Junta da Igreja do Torne já está pensando nesse assunto, e na verdade não deve hesitar, nem protelá-lo.

DIVERSAS — As Igrejas do Bonfim e do Candal realizaram a sua festa das Colheitas em 16/10; as do Prado e do Torne em 23/10.

A secção Feminina do E. C. do Prado realizou em 30 de Julho uma interessante festa de encerramento das actividades do ano de 1954-55 e a Liga de Esforço Cristão de Gaia (Torne) levou a efeito também uma festa familiar em 14 de Outubro.

Na Igreja do Candal a escola diária reabriu com uma frequência de 50 alunas, que vão preparar-se para exames oficiais: a Junta Paroquial, por seu turno está envidando esforços para dotar a escola com novo material escolar, pretendendo igualmente introduzir alguns melhoramentos no seu templo. A Sociedade de Senhoras da mesma Igreja, está produzindo muito bom trabalho; está já em organização a excursão escolar e excursão da Igreja a efectuar em 1956, e têm sido admitidos à Sagrada Comunhão, durante este ano, alguns novos convertidos. O culto coral, realizado em 25 de Setembro, foi profundamente emocionante pela apresentação de exemplos vivos e vívidos, aos quais foram adaptados vários hinos, cantados pela Congregação em sentimental recolhimento e harmonia.

“O DESPERTAR” NO BRASIL

“O Clarim”, periódico evangélico e noticioso da Igreja Episcopal Brasileira, deu-nos a honra que muito nos desvanece de transcrever do nosso último número, dedicado ao ecumenismo, o artigo da autoria do Rev. Dr. Daniel de Pina Cabral.